

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 06 de Dezembro de 2018	Local: Parque Nacional da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
Horário: 10:00 até 16:00 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 4 Número De Membros Corporativos: 1 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 2 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: 1 2) Secretaria e outros observadores: 16 Listagem completa de participantes: 24 Presidente da reunião: Luis de Souza	

Agenda do dia:

- I. **INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA**
- II. **ANÁLISE DE CONTEXTO DA PRÓXIMA GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL**
- III. **APRESENTAÇÃO DOS NGIs E PERSPECTIVAS DE ADOÇÃO DE ESTRATÉGIA DO PROGRAMA**
- IV. **STATUS DE AVANÇO DA CONSOLIDAÇÃO DAS UCs**
- V. **PROJETO DE SISTEMAS DE RÁDIOS PARA UCs FEDERAIS**
- VI. **OFICINA DE LIÇÕES APRENDIDAS 15 ANOS ARPA - RESULTADOS**
- VII. **ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES**
- VIII. **GESTÃO DE ATIVOS INTERNACIONAIS**
- IX. **RESULTADOS DO PO DE FISCALIZAÇÃO DO ICMBIO SEDE**
- X. **PROPOSTA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FT (Condição de Desembolso GEF Paisagens)**
 - Disponibilização de pelo menos uma compensação federal para UCs do ARPA. (Condição de desembolso de US\$10 mi do GEF/Paisagens – BIRD) – (ICMBio)
 - Proposta BNDES. (Funbio)
- XI. **DISCUSSÃO SOBRE NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS**
 - Revisão da proposta de regramento para entrada de doadores privados ao FT (Anglo)
 - Apresentar proposta de contrapartidas possíveis para doadores privados do FT (MMA)
- XII. **ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA ARPA**
- XIII. **AGENDA DE REUNIÕES PARA 2019**
- XIV. **ENCERRAMENTO**

I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA

Luis de Souza inicia a reunião dando boas-vindas aos membros integrantes do CFT e participantes ouvintes. Estavam presentes Vecita Chicchón (Gordon and Betty Moore Foundation), Christian Lauerhass (KfW), Meg Symington (WWF-US), Tiago Alves (Anglo American), Welles Abreu (DRE/MMA), João Paulo Sotero (DAP/MMA), Mariana Pereira (UCP/MMA), Renata Gatti (UCP/MMA), Christophe Balmant (UCP/MMA), Adriana Moreira (Banco Mundial), Fábio Ribeiro (Gerente ARPA/Funbio), Rosa Maria Lemos (Secretária Geral, Funbio), Manoel Serrão (Superintendente de Programas/Funbio), Mayne Moreira (Assistente de Projetos/Funbio), Helio Hara (ASCOM/Funbio), Paulo Carneiro (Presidente ICMBio), Luiz Felipe de Luca (CGPRO/ICMBio), Camila Lobo (DPES/ICMBio), Felipe Spina (WWF-BR), Maurício Voivodic (WWF-BR).

Fábio iniciou a fala com resgate das deliberações e encaminhamentos da reunião anterior e convidou o MMA para iniciar o debate da pauta proposta para reunião atual.

II. ANÁLISE DE CONTEXTO DA PRÓXIMA GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL

Welles inicia a fala com a sugestão de que haja uma reunião extra no início de fevereiro/2019, devido ao quadro de indefinição para o cenário ambiental. Luis de Souza deixa essa sugestão como recomendação ao Comitê.

Welles Abreu continua sua apresentação detalhando que o grupo de transição, responsável por avaliar os nomes indicados para compor a bancada de ministérios do governo eleito, possui uma divisão de opiniões quanto à escolha para o novo ministro do Meio Ambiente. E, apesar disso, nenhum dos nomes indicados se mostra favorável para pauta ambiental, além disso, considerando o discurso do governo eleito, será difícil o avanço no cumprimento da meta de criação de áreas protegidas, nos próximos quatro anos. Além disso, há previsão de corte de equipe técnica, como os cargos comissionados, além da possibilidade de não realização de concursos

Paulo Carneiro expõe que, dentre os indicados, o nome de Ismael Nobre é aquele que o MMA e ICMBio consideram menos impactante à estrutura atual do ministério, mas, ressalta a existência dessa divisão de opiniões dentro do grupo de transição do Governo e manifesta uma preocupação com os cortes estruturais dentro do ministério, com uma possível extinção do ICMBio e absorção dessa agenda pelo IBAMA, e seu reflexo nos setores de governabilidade do ARPA. A junção desses dois órgãos deixa as unidades de conservação bastante vulneráveis.

Ainda considerando o discurso do futuro Governo, desfavorável à atuação das ONGs, Paulo Carneiro levantou uma preocupação com relação ao Funbio e as ONGs parceiras do Programa como, por exemplo, WWF. E com essa possibilidade, parceiros corporativos como Anglo American, podem ter grande espaço para atuação junto ao Programa ARPA.

Adriana Moreira coloca que todos os acordos estão estabelecidos em lei e que para mudanças concisas teria que haver revogações de leis. Adriana lembra que o ARPA tem um arranjo de governança e contratual muito bem estruturado, e isso é um ponto positivo a se considerar. Por conta disso, tem associada uma burocracia bem estabelecida, que de alguma forma já favoreceu o Programa em momentos difíceis vividos anteriormente.

Adriana Moreira finaliza enfatizando que o momento é de se observar como o cenário será definido e o comitê deve ter em mente que, para a manutenção do Programa, possivelmente serão necessárias mudanças ou flexibilização nas regras de execução dos recursos.

João Paulo Sotero concorda que é um momento que demanda cautela, mas acredita que o ideal é olhar para esta fase como uma oportunidade de modificação da percepção da sociedade e do Governo sobre o que é uma Unidade de Conservação, qual sua função e importância. Um dos ganchos para as tratativas dessa temática é o uso público e turismo. É preciso que seja apresentada a relação entre biodiversidade e economia a fim de que as questões ambientais sejam vistas com novos olhares pelo Governo e sociedade.

Avecita Chicchón questiona, considerando o novo contexto, quais os mecanismos que devem ser mantidos para que o Governo não abra mão do compromisso estabelecido a longo prazo de financiamento das áreas protegidas da Amazônia após a finalização do FT.

Maurício Voivodic sugere que seja estabelecido um grupo que mantenha um debate ativo pensando na proposição de estratégias de engajamento ao novo Governo e que possa atuar rapidamente em caso de alguma decisão muito impactante na atual estrutura do ARPA. E, assim que definido o novo

Ministro do Meio Ambiente, esse comitê faça a interlocução com o mesmo para apresentar os acordos a longo prazo com o Programa ARPA.

Paulo Carneiro esclarece que não houve nenhuma sinalização de rompimento de contrato do ARPA. A questão são cortes de equipe técnica e que podem influenciar na execução do recurso. Assim que estabelecido o arranjo do novo governo, este grupo de comunicação entrará atuando de forma a apresentar o ARPA, suas metas e acordos de longo prazo.

Rosa Lemos apresentou a demanda atual da UCP pela contratação de funcionários a serem alocados no escritório em BSB atuando exclusivamente no Programa ARPA e pergunta ao CFT se todos estão de acordo de que os custos de contratação destes profissionais venham a ser cobertos pelo ARPA. Welles Abreu reforçou a necessidade destes profissionais informando que há previsão de contratações semelhantes para outros projetos do MMA. **Não foi apresentada oposição pelos membros do CFT quanto ao questionamento apresentado pelo Funbio.**

Deliberação: O custo da contratação pelo Funbio, de dois funcionários que irão atuar para a Unidade de Coordenação de Programa Arpa, exclusivamente no Programa ARPA, serão cobertos com recursos do ARPA.

Mariana Pereira resgata a questão levantada anteriormente por Vecita e detalha que na pauta sobre consolidação ela vai apresentar a atual situação do governo e ficará mais claro como essa questão está sendo considerada nas esferas públicas. Além disso, Mariana ressalta o sucesso da visita do MMA e Funbio ao estado do Mato Grosso. O encontro permitiu maior proximidade entre os parceiros, esclarecimento de dúvidas e levantamento de possíveis estratégias para melhora do desempenho dos estados.

Encaminhamento: Mariana sugere que o estabelecimento de um calendário de visitas aos estados seja colocado em pauta na próxima reunião.

Manoel Serrão finaliza o debate falando sobre a necessidade de reprogramar nossa percepção sobre o Programa de modo a adequar a forma como ele é apresentado para dialogar bem com as propostas do novo governo. À saber, o Funbio contabilizou num levantamento recente para o BNDES, que o ARPA gerou 2.500 empregos em função da execução das atividades das UCs para o alcance dos marcos referenciais. Esse tipo de informação apresenta o ARPA como auxiliador na resolução dos grandes desafios enfrentados atualmente pelo Brasil, como o desemprego, por exemplo. Além disso, a busca de outras parcerias de organizações federais é um caminho a ser pensado, como também a identificação de lideranças estaduais para fazer representação junto aos governos na busca da garantia do cumprimento dos acordos.

Os doadores concordaram com a necessidade de cautela nas comunicações com o novo governo, a fim de manter os acordos estabelecidos e que tem sido cumpridos pelas gestões anteriores. Christian Lauerhass acredita que o objetivo é manter o que já foi alcançado dentro do Programa, mas o KfW nesse momento prefere não se manifestar voluntariamente e vai então aguardar a solicitação do Ministério para manifestação do apoio.

Encaminhamento: MMA sugere o adiantamento da data da primeira reunião do CFT em 2019, para fevereiro, devido ao quadro de indefinição para o cenário ambiental. Data sugerida: 22/02/2019.

III. APRESENTAÇÃO DOS NGIs E PERSPECTIVAS DE ADOÇÃO DE ESTRATÉGIA DO PROGRAMA

A partir desta pauta, Vecita Chicchón assumiu a condução da reunião como vice-presidente do CFT, uma vez que Luis Sousa precisou se ausentar.

Paulo Carneiro detalha que, devido a uma oferta reduzida de servidores e dada a necessidade de otimizar a gestão do território sobre proteção, o ICMBio iniciou uma mudança na sua estrutura gerencial. Com base no documento elaborado pelo instituto “Scaling up – Processos e resultados (ICMBio 2017/2018)” a nova estruturação foi desenhada de forma a evitar a manutenção de diferentes grupos de servidores espalhados em UCs individuais, em sede e cidades distintas.

A proposta de NGIs apresenta um agrupamento em núcleos visando a integração de equipes locais e prioridades de gestão num novo planejamento territorial, por meio da distribuição de equipes de trabalho por áreas temáticas e um chefe. Além disso, agregar as UCs em núcleos maiores permite a orientação da gestão do território protegido sob uma perspectiva ecossistêmica, visando a conservação da biodiversidade em espaços e paisagens mais amplos e melhor integrados com seu entorno (visando atingimento das metas da Convenção da Diversidade Biológica - CDB). Dessa forma, o instituto alcança aumento da eficiência e da efetividade gerencial, além de otimizar esforços e reduzir custos com melhor alocação dos seus recursos humanos. Essa reorganização tem também o objetivo de aumentar a atuação estratégicas de coordenações regionais nas atividades das UCs abrangentes.

A ideia original é que 154 UCs individuais se reorganizem no modelo de gestão integrada, e esta nova organização está em processo de implementação gradativa. Para o ARPA foram definidas 10 NGIs: ICMBio Amapá Central / ICMBio Cautário-Guaporé / ICMBio Chico Mendes / ICMBio Humaitá / ICMBio Maués / ICMBio Roraima / ICMBio Terra do Meio / ICMBio Trombetas / ICMBio UNA Itaituba / ICMBio Carajás, conforme detalhado no **Quadro 1**.

Quadro 1. Lista de agrupamento das NGIs/UNA da região amazônica com destaque em verde para UCs apoiadas pelo ARPA.

Tipo de Agrupamento	Coordenação Regional	Nome do agrupamento	Unidade de Conservação	UCs ARPA
NGI	CR1	Cautário-Guaporé	RESEX Rio Cautário	2
			REBIO Guaporé	
NGI	CR3	Terra do Meio	ESEC Terra do Meio	5
			PARNA Serra do Pardo	
			RESEX Iriri	
			RESEX Riozinho do Anfrísio	
			RESEX Rio Xingu	
UNA	CR3	Itaituba	APA Tapajós	4
			FLONA Altamira (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Itaituba I (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Itaituba II (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Amanã (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Crepori (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Jamanxim (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Trairão (Proj. Gestão Florestal)	
			PARNA Amazônia	
			PARNA Jamanxim	
			PARNA Rio Novo	
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo				
NGI	CR4	Carajás	APA do Igarapé Gelado	1
			FLONA de Carajás	
			FLONA do Itacaiúnas	

Tipo de Agrupamento	Coordenação Regional	Nome do agrupamento	Unidade de Conservação	UCs ARPA
			FLONA do Tapirapé-Aquiri	
			PARNA Campos Ferruginosos	
			REBIO Tapirapé	
NGI	CR1	Chico Mendes	RESEX Chico Mendes (ARPA)	1
			ARIE Seringal Nova Esperança	
			ESEC Niquiá	
			ESEC Maracá	
NGI	CR2	Roraima	FLONA Roraima	5
			PARNA Viruá	
			FLONA Anauá	
			PARNA Serra da Mocidade	
			PARNA Monte Roraima	
NGI	CR3	Trombetas	FLONA de Saracá-Taquera	1
			REBIO do Rio Trombetas	
			PARNA Nascentes do Lago Jari	
			APA dos Campos de Manicoré	
			FLONA Aripuanã (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA Balata Tufari (Proj. Gestão Florestal)	
NGI	CR2	Humaitá	FLONA Humaitá (Proj. Gestão Florestal)	1
			FLONA Jatuarana (Proj. Gestão Florestal)	
			FLONA de Urupadi (Proj. Gestão Florestal)	
			PARNA do Acari	
			REBIO Manicoré	
NGI	CR4	Amapá Central	FLONA Amapá (Proj. Gestão Florestal)	1
			PN Montanhas do Tumucumaque	
NGI	CR2	Maués	ESEC Alto Maués	1
			FLONA Pau Rosa (Proj. Gestão Florestal)	

Paulo Carneiro detalha que as NGIs são compostas de UCs ARPA e não-ARPA e que isso realmente traz um impacto na forma como o ARPA é operado, pois questões operacionais como, NGIs com mais de uma conta vinculada (por conter mais de uma UC ARPA) e também quanto ao patrimônio que estava em UCs do ARPA e que está sendo migrado para NGI, o que demanda alinhamento com as instâncias técnicas e financiadoras do Programa. Dito isso, Paulo informa que a proposta do ICMBio, a curto prazo, é que no momento de avaliação do número de servidores lotados em cada UC, não seja considerada a UC individualmente, mas sim todo o quadro de servidores do NGI em que a mesma está inserida. Além disso, foi proposta uma reorganização dos Marcos Referenciais dentro das novas áreas temáticas criadas, de acordo com o **Quadro 2**, abaixo:

Quadro 2. Proposta de agrupamento dos Marcos Referenciais em áreas temáticas definidas para os Núcleos de Gestão Integrada do ICMBio.

ÁREA TEMÁTICA	MARCO REFERENCIAL
Gestão Socioambiental	Formação de conselho
	Implementação de conselho
Administrativo e Logística	Equipamentos
	Infraestrutura
	Operacionalização
Pesquisa e Monitoramento	Pesquisa
	Monitoramento
Proteção Ambiental	Proteção e fiscalização
	Elaboração de Plano de Proteção
Ordenamento Territorial	Plano de Manejo
	Levantamento Fundiário
	Demarcação e sinalização
	Termos de Compromisso e CCDRU

Paulo Carneiro detalha os benefícios que esse tipo de arranjo pode trazer para o Programa:

- Aumento da contrapartida do ICMBio, uma vez que UCs não apoiadas pelo ARPA também estão sendo reportadas;
- Efetividade no alcance dos Marcos Referenciais;
- O monitoramento da biodiversidade já realiza suas amostragens de acordo com as feições da paisagem e não se restringe aos limites da UC;
- Os marcos referenciais estão contemplados na divisão de áreas temáticas, facilitando o relacionamento das atividades com as metas do programa;
- Complementariedade entre diferentes projetos que apoiam as UCs, tais como projeto Gestão Florestal (KfW) e Programa Conservação de Recursos Biológicos na Amazônia (USAID).

Encaminhamento: Paulo Carneiro propõe a criação de um grupo de trabalho, dentro do CFT, para debater os impactos do arranjo de Núcleos de Gestão Integrada para o Programa ARPA no âmbito do planejamento, operacionalização e alcance dos marcos referenciais, bem como detalhar as regras que serão aplicadas considerando o novo modelo.

Avecita Chicchón pede mais detalhes sobre os projetos que estão aprovados para apoio às UCs do ICMBio (inclusive UCS não-ARPA), como o LIRA, e levanta a preocupação a respeito da sobreposição de recursos.

Paulo Carneiro informa que o LIRA é um projeto complementar ao ARPA, mas que em alguns de seus componentes apoia também UCs ARPA. Luiz Felipe de Luca complementa a fala de Paulo Carneiro detalhando que a proposta do LIRA é bastante focada no fortalecimento da gestão integrada, arranjos produtivos e tecnologias de monitoramento da biodiversidade.

Rosa Lemos sugere que o LIRA e os demais projetos apoiadores dessas áreas protegidas não sejam somente apresentados ao ARPA, mas tenham também um planejamento integrado evitando assim a sobreposição de investimentos e proporcionando sinergia entre ações de forma a se complementarem.

Adriana Moreira detalha que é necessário coordenar as ações de forma mais integradas e ter cruzamento de informações entre os projetos, bem como representatividade nos comitês. Da mesma forma, é preciso clareza na comunicação dos créditos das benfeitorias de Programas antigos como, por

exemplo, o monitoramento que já é apoiado pelo ARPA antes mesmo do ICMBio existir, e agora as propostas de inovações para este monitoramento chegando junto com o LIRA.

Encaminhamento: Adriana sugere que o planejamento de ações dos programas ARPA e LIRA sejam integrados e que haja indicação de representação (observador) do LIRA no fórum de discussão do ARPA e vice-versa.

Além desse viés, Adriana chama atenção também para como será justificado o uso de recursos do ARPA em NGIs onde há predominância de UCs não-ARPA.

Christian Lauerhass destaca que é importante deixar claro que o uso dos recursos investidos precisa ser garantido dentro das regras definidas e formalizadas. Ele concorda que faz todo sentido o uso do recurso disponível para apoio global das UCs, no entanto é preciso garantir que o recurso esteja sendo direcionado para determinado fim elegível, pois numa auditoria será verificado o que foi definido em contrato e como isso está sendo feito na prática. A auditoria não vai focar no que faz sentido, mas no que está formalizado em contratos e documentos orientadores.

Manoel Serrão acredita que é necessário rever a forma como são definidos os recursos para as UCs que compõem essas NGIs. Talvez a melhor opção não seja a soma dos POs de cada UC, mas sim a definição de um PO por NGI, dimensionado em função do avanço dessas UCs juntas. Isso significaria também uma revisão do modelo financeiro para verificação da curva de substituição de recurso privado para o público.

Mariana Pereira informa que a partir de julho de 2019 será dado início ao planejamento para o biênio 2020/2021 e a partir disso teremos uma noção melhor de como funcionará o planejamento, inclusive para essas UCs parte de NGIs.

Encaminhamento: Rosa Lemos propõe que no primeiro trimestre seja trabalhado um modelo para alinhar o planejamento financeiro do LIRA e ARPA de modo a identificar o que será coberto por cada um dos projetos.

Paulo complementa colocando que o debate a respeito da sobreposição de recursos numa mesma agenda é um exercício que tem sido feito principalmente com os recursos de compensação, que é uma preocupação que vem sendo alinhada no ICMBio. Adriana Moreira acrescenta que isso é um bom problema e uma alternativa de buscar flexibilidade do uso de todos os recursos e identificar o que pode ser financiado e o que seria o ideal.

Encaminhamento: Paulo Carneiro (ICMBio) e MMA vão aprofundar o detalhamento sobre a proposta de Núcleos de Gestão Integrada numa nota/relato e distribuir para conhecimento dos doadores antes da próxima reunião do CFT.

IV. STATUS DE AVANÇO DA CONSOLIDAÇÃO DAS UCs

Mariana Pereira apresenta o resultado da FAUC 2018, que teve prazo final para preenchimento em julho de 2018. Atualmente, das 117 UCs do programa ARPA, 32 UCs estão consolidadas, sendo 30 em grau I e apenas 2 em grau II. Desse total 31 UCs (grau I) e 9 UCs (grau II) estão em estágio avançado de consolidação, o que significa mais de 75% do cumprimento dos Marcos Referenciais.

Considerando 2019 como prazo final para consolidação, ainda restam muito trabalho a ser feito uma vez que 49 UCs de grau I e 36 UCs de grau II ainda estão na busca do cumprimento dos marcos referenciais. Isso foi um indicativo para UCP iniciar a visita aos estados e reforçar os acordos feitos com o Programa. Por enquanto não há nenhum retrocesso e o acompanhamento continuará a ser reportado ao CFT.

V. PROJETO DE SISTEMAS DE RÁDIOS PARA UCs FEDERAIS

Paulo Carneiro detalha que há anos se procura uma solução de rádio comunicação que atenda a Amazônia. O Programa ARPA em 2004 financiou a elaboração de um projeto de rádios para a Amazônia, mas a tecnologia era limitada, devido à dificuldade de sinal e internet da época e porque ainda não tinha sido implementada a tecnologia ALE (*Automatic Link Establishment*).

A importância da implantação de um sistema de rádio na Amazônia é enorme, considerando o aumento no desenvolvimento das atividades operacionais, a disponibilidade de sinal com cobertura nacional, a necessidade de garantir efetividade nas ações de comando e controle e uma comunicação segura entre a sede e as equipes em campo. A maior parte dos sistemas de rádios hoje utilizados utilizam a tecnologia VHF, o que depende da instalação de uma infraestrutura muito cara, pois há necessidade de uma repetidora para cobertura a cada 40 km de raio.

A atual tecnologia proposta pelo ICMBio, com comprimento de onda HF, alcança longa distância mas sofre grande interferência das condições climáticas. Para atenuar essa interferência ela foi associada à uma outra tecnologia ALE (*Automatic Link Establishment*) que faz busca das melhores frequências com menos interferência, garantindo assim uma comunicação melhor.

Essa proposta chegou até o ICMBio através de uma consultoria contratada pelo KfW. Mas devido à ausência da tecnologia descrita acima, não foram obtidos resultados satisfatórios na etapa de testes. A tecnologia atual do sistema (HF-ALE) permite comunicação rádio - rádio, rádio - internet e rádio - telefone (utilizando internet) em todo país. O sistema HF-AALE está sendo pensado para ser implantado de forma compartimentada e com recursos de diversas fontes. Para o ARPA, foi direcionada a aquisição e implementação do sinal e as UCs beneficiadas seriam responsáveis por adquirir os equipamentos de rádio de acordo com a especificação equivalente ao sistema elaborado pela consultoria.

A arquitetura é a mesma do projeto 2004, o que mudou é a tecnologia utilizada. Ela é composta de uma rede em Brasília e outras três espalhadas pela Amazônia, que garantiriam uma “bolha” de sinal que atenderia a toda a região.

Essas antenas, com tecnologia HF-ALE, seriam comandadas por um servidor central (HF-*Celular*) que ficaria em Brasília e que é o responsável pela procura automática de frequências. A ideia é que a comunicação HF-ALE seja instalada nos veículos e dentro dos veículos tenha 2 rádios: 1 rádio HF-ALE e outro VHF, para comunicação a curta distância. A proposta está sendo pensada para ser implantada com a colaboração de diversos projetos e para o Programa ARPA foi direcionada a contratação do serviço que faça a implantação do sistema e a disponibilização da internet seria uma contrapartida do ICMBio, assim também como a licença para operação do sistema, que está sendo providenciada. A empresa fornecerá antena, busca automática das melhores frequências e assistência técnica em todos os dias da semana, considerando as três bases na região amazônica e uma garantia de 95% de sucesso de comunicação. Estimativa de contratação e prestação do serviço é de seis meses.

O projeto está pronto e o termo de referência está no Funbio. A empresa possui exclusividade no fornecimento do serviço prestado. A princípio, a proposta desenhada era de três anos, com tipo de serviço HF-ALE e 95% de sucesso de comunicação, com 100 rádios no total e uma capacidade de quatro rádios operando simultaneamente. O sistema desenhado abrange apenas UCs federais, mas existe possibilidade de expansão para os demais órgãos gestores, desde que negociado com o fornecedor, pois há custo adicional. No entanto, devem haver algumas alterações no arranjo do sistema e reorganização da distribuição de antenas ou até mesmo instalação de outras mais.

Paulo Carneiro detalha que outras ferramentas já foram testadas, mas não tem funcionado de modo efetivo, como por exemplo o telefone satelital, que não tem garantido comunicação imediata entre as

equipes em campo e na base. O sistema de rádio apresentado, tem a vantagem de buscar as frequências disponíveis e com menos interferências para estabelecimento de comunicação.

Paulo Carneiro continua sua fala expondo que o custo estimado para implementação desse sistema é de USD 1,8 mi e solicita análise pelos membros do CFT para seguimento da contratação.

Manoel Serrão detalha que a proposta dos rádios é um legado do ARPA para as UCs da Amazônia, mas existem dois fatores limitantes que são o alto valor do serviço e a necessidade de uma contratação direta, uma vez que é a única empresa autorizada a prestar esse tipo de serviço no Brasil. Manoel também fala que apesar dos testes apontarem 95% de chance de sucesso na comunicação, há um risco de falha quando isso for extrapolado para toda a região. **Ele sugere que seja adicionado ao contrato com a empresa uma cláusula que estabeleça um compartilhamento desse risco entre o contratante e o contratado.**

Encaminhamento: Funbio recomenda que seja adicionado ao contrato com a empresa fornecedora do sistema de rádios para a Amazônia uma cláusula de compartilhamento de riscos entre contratante e contratado.

Adriana Moreira detalha que para dar prosseguimento a um processo de contratação direta é necessário estruturar uma boa justificativa, com documentação comprobatória, para que assim se obtenha aprovação. Além disso, ela pergunta quem será o detentor da infraestrutura que está desenhada, como seria a manutenção desta tecnologia, uma vez que a proposta apresentada tem duração de 3 anos, e como seria a renovação do serviço.

Adriana Moreira ressalta que a cobertura também vai abranger UCs não-ARPA e sugere a compilação de todos os gastos numa planilha, mapeando todas as etapas de implementação, e distribuição dos custos para outros projetos que apoiam UCs não-ARPA.

Rosa Lemos aproveita o momento para perguntar a respeito do uso para outras UCs do ARPA (Estaduais). Paulo Carneiro detalha que a garantia da empresa, para a estrutura desenhada na consultoria, é para 100 rádios e que para ampliar o número de rádios é necessário ampliar também as frequências de cada antena. Além disso, a licença para operação do sistema tem que ser associada ao Estado, pois o ICMBio não pode disponibilizar a licença da Anatel para os demais Estados. Isso teria que ser analisado caso a caso. Seria um custo adicional do Estado, com a obtenção da licença e disponibilização de internet para funcionamento do sistema. Para o ICMBio, Paulo Carneiro ressalta que o recurso da contratação do sistema de rádio já está previsto no POA.

Adriana Moreira reitera a necessidade estruturação de uma boa justificativa para contratação direta e pergunta sobre a atuação do governo por meio do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Paulo detalha que o SIVAM tem antenas VSAT em vários lugares da Amazônia, mas tem a desvantagem de ser fixa e ter limitação de alcance e se trata apenas de um ponto de internet e não tem ligação com rádio.

Deliberação: Os doadores autorizaram o prosseguimento do processo com a condicionante de haver uma análise de não objeção por parte dos doadores na documentação referente à justificativa para contratação direta, considerando o montante dessa contratação.

Encaminhamento: Adriana Moreira propõem uma reunião em separado com as equipes de compras e aquisições do Funbio e dos bancos para alinhamento da estrutura do documento da especificação e justificativa para contratação direta da empresa para a prestação desse serviço.

VI. OFICINA DE LIÇÕES APRENDIDAS 15 ANOS ARPA – RESULTADOS

Manoel Serrão apresentou resultados obtidos na oficina de lições aprendidas dos 15 anos do Programa ARPA e informou que estas orientações também estão sendo consideradas para a atual proposta para o BNDES.

Maurício Voivodic questionou se houve algo que não deu certo nesses 15 anos, Manoel esclarece que o foco não é no que não deu certo, mas sim o tempo para que desse certo e os ajustes das ferramentas para adequação à realidade do Programa.

Adriana Moreira ressalta que a longevidade do Programa já é um reflexo de seu sucesso, além disso é um exemplo de apoio a áreas protegidas no âmbito mundial.

Felipe Spina informa que o WWF também está com uma proposta de avaliação do ARPA nestes 15 anos e montou uma equipe de trabalho junto com UCP e Funbio para avaliar o ARPA de maneira complementar.

Encaminhamento: Doadores acordaram em circular o relatório, por meio de um resumo executivo em inglês e espanhol, de modo que outros países possam ter acesso ao documento de lições aprendidas nos 15 anos de ARPA.

VII. ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES

Fábio Ribeiro atualiza a execução financeira do Programa e apresenta o quadro de execução em cima dos valores solicitados, em cada POA e a execução histórica do ARPA até outubro de 2018.

Considerando o recorte de outubro de 2018, o ARPA apresenta uma execução total (todas as fases) de R\$ 308.3 milhões. Para o PO 2018/2019, foi planejado R\$ 124 mi e apenas 20% desse montante foi solicitado pelos gestores. Considerando que o Programa está na metade do ciclo do PO, é necessário acelerar a solicitação para o alcance de uma boa execução na fase final do ciclo.

Fábio Ribeiro detalha também a execução de números de protocolos bem como a evolução da estratégia de abatimento de protocolos. Essa estratégia foi implementada em junho de 2018 para liquidar o montante de protocolos que se acumularam devido à solicitação em massa no final da execução do PO 2016/2017.

Manoel Serrão detalha um pouco sobre a estratégia de abatimento dos protocolos que se acumularam devido à finalização do PO 2016/2017. Na proposta apresentada em setembro previa-se encaminhar todos os 1057 protocolos e em 3 meses, e que o Funbio chegou a marca de aproximadamente 950 protocolos, 10% a menos do que se esperava.

Encaminhamento: Manoel Serrão propõe que na próxima reunião do CFT seja apresentada atualização do abatimento dos protocolos em andamento no setor de compras, conforme realizado anteriormente e caso necessário pactuado nova meta de avanço.

Rosa Lemos aproveita a fala sobre estratégia de operacionalização dos protocolos solicitados por meio dos POs e informa sobre a reestruturação interna que o Funbio está implantando. Com o aumento da execução da área de compras e contratações, houve a necessidade de separar esta área em uma nova superintendência de compras e logística, a fim de otimizar a gestão desta equipe. Por conta disso, foi contratado um novo superintendente, Marcelo Santos, para se dedicar inteiramente a esta área. Por sua vez, Manoel Serrão foi liberado da dupla função que exercia e direcionado exclusivamente para a Superintendência de Programas.

Manoel apresenta atualização sobre o processo de desenvolvimento e implantação da plataforma de compras. No momento atual estão sendo padronizados as bases de dados para comunicação clara

entre os sistemas do Funbio, além disso está sendo desenhada a configuração da plataforma de compras de acordo com as regras de compras e contratações dos projetos. A meta para nova apresentação da plataforma é janeiro/2019. Paulo Carneiro questionou se outras plataformas foram consultadas. Manoel informou que sim, mas que nenhuma se enquadrava ao modelo do Funbio.

Fábio Ribeiro apresenta as inovações que estão em implantação (cartões combustível e alimentação), além da proposta do auditor do KfW sobre a aquisição de bens com base na qualidade. Adriana Moreira complementa que essa também é uma visão do Banco, buscando uma melhor durabilidade e redução de manutenções.

Manoel Serrão continua a apresentação informando sobre o sistema integrado de gestão de projetos (*Project*) e o *Business Intelligence* (BI), que no momento está em homologação e até o final de dezembro vai estar operacional. O desafio é que até o final de 2019 tudo esteja implantado.

Adriana Moreira pergunta o quanto o Funbio está confortável com o uso dos cartões, pois considerando a existência de outros fundos operacionalizando com recursos GEF, gostaria de pactuar com o Funbio um pacote de capacitação na implementação dessas ferramentas. Ela quer trazer o aprendizado do ARPA para os demais projetos do Banco. Manoel Serrão detalha que os cartões apresentam o desafio de operar na espacialidade da Amazônia. Com relação à empresa que presta o serviço é necessário que haja de uma boa rede credenciada, muito bem distribuída e uma gestão da execução dos recursos disponíveis nos cartões, além de controle de saldo, e isso não é um formato padrão. Precisa ser customizado para cada realidade.

VIII. GESTÃO DE ATIVOS INTERNACIONAIS

Rosa Lemos abre um parêntese na fala de Fábio Ribeiro para falar sobre a gestão de ativos internacionais. Ela informa que o recurso antes localizado na Pragma foi transferido em outubro/2018 para Julius Bär, que a partir de novembro começou a fazer as aplicações conforme acordado. Christina Lauerhass detalha apenas que a Julius vai, passo a passo, verificar o trabalho da Pragma e fazer as adaptações necessárias para alinhar com as estratégias de investimentos. Já foi feita a primeira reunião com a Pragma e a Julius Bär e a partir de então seguirão com a etapa de alinhamento dos relatórios demonstrativos para facilitar o entendimento dos parceiros a respeito da posição do fundo.

IX. RESULTADOS DO PO DE FISCALIZAÇÃO DO ICMBIO SEDE

Luiz Felipe de Luca reporta os resultados das ações de proteção dentro do ARPA. Até o momento havia sido executado 88% do montante direcionado para CGPRO (R\$ 1,8 mi). Em resumo, os recursos foram direcionados para ações de fiscalização em campo, diárias, passagens e bens para monitoramento como computadores e softwares.

Foram apresentadas informações sobre as ferramentas utilizadas para fiscalização e monitoramento remoto das áreas florestadas (PRODES, Amazonia SAR, DETER, uso de drones – está sendo elaborado manual para uso). Além disso, oficinas de capacitação do PLANAF foram realizadas e estabelecimento de um planejamento para fiscalização (PFIS) para cada UC, a fim de definir quanto de cada recurso vai ser destinado para apoio na fiscalização.

Luiz Felipe apresentou a Operação INTEGRAÇÃO, nome da operação apoiada pelo Arpa. As áreas com maior pressão de desmatamento foram identificadas e nas ações de 2018 foram realizadas frentes de ações.

Rosa Lemos perguntou se houve alguma integração com os estados. Luiz Felipe confirmou que isso aconteceu, mas foi menos do que o desejado.

Encaminhamento: Maurício Voivodic sugere que os dados de fiscalização da Operação INTEGRAÇÃO sejam disponibilizados e cruzados com as metas do Programa e no avanço da execução das UCs do ARPA.

X. PROPOSTA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FT (Condição de Desembolso GEF Paisagens)

Manoel Serrão resgata que já foi realizado o primeiro desembolso do Projeto GEF Paisagens, cuja condição era Efetividade do projeto e existem mais dois desembolsos a serem feitos. Um deles depende da assinatura de pelo menos um Termo Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA beneficiando UC apoiada pelo Programa Arpa.

Foram apresentadas informações sobre dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, que beneficiam três Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa, quais sejam: REBIO Jaru, Parque Nacional dos Campos Amazônicos, e Parque Nacional do Mapinguari, como demonstra o **Quadro 3**, abaixo:

Quadro 3. Termos de compromisso beneficiários de Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa Arpa.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADA	EMPREENHIMENTO	Nº TCCA	VALOR (MILHÕES R\$)
REBIO JARU	LOTE G - LT COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA II, N2, CORRENTE CONTÍNUA EM 600 KV	12/2017	4.6
REBIU JARU	UHE JIRAU	04/2017	47.8
PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	LOTE G - LT COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA II, N2, CORRENTE CONTÍNUA EM 600 KV	12/2017	1.9
PARNA MAPINGUARI	UHE JIRAU	04/2017	7.08

Encaminhamento: Adriana Moreira solicita o envio de carta do ICMBio com os termos de compromisso assinados para liberação do desembolso. O Funbio é quem solicita o desembolso ao Banco.

Paulo Carneiro detalha que foi aprovada a lei de uso de TCCA e a CAIXA Econômica é quem vai executar essas compensações, a partir do desenvolvimento do Fundo. No caso de JIRAU, o próprio empreendimento fará a execução direta dos recursos da compensação ambiental, que não passará pelo fundo da Caixa Econômica. Paulo Carneiro detalha que no caso de JIRAU a compensação será convertida na compra de terras e regularização fundiária da Unidade beneficiária.

Meg Symington questiona se esses valores já foram contabilizados como contrapartida. Renata Gatti informa que ainda não.

Manoel Serrão, detalha que a terceira condição é o enquadramento da proposta do BNDES. No entanto, o BNDES mudou seu formato de submissão de projetos e o Funbio precisou se recadastrar no sistema eletrônico do Banco. Além disso, Manoel informa que a condição para o 3º desembolso era o enquadramento da proposta, e que essa etapa já não existe dentro do processo de análises do BNDES. Manoel detalha que foram necessários vários ajustes e desenvolvimentos dentro da proposta, como definição do plano de comunicação e elaboração de editais de chamadas de projetos para que a o projeto seja aceito na etapa de análise técnica.

A previsão de submissão é para 12 de dezembro de 2018 e acredita-se que no próximo CFT já se tenha um retorno do BNDES de modo que possa então ser liberado o terceiro desembolso do Projeto GEF Paisagens.

Adriana Moreira detalha que para o terceiro desembolso também serão necessárias as evidências do cumprimento das condições. Como no contrato está definido “enquadramento” e não existe mais essa etapa, será necessário verificar qual a condição será considerada para a liberação do 3º desembolso do GEF Paisagens.

XI. DISCUSSÃO SOBRE NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS

- Revisão da proposta de regramento para entrada de doadores privados ao FT

Tiago Alves compilou numa nova redação as alterações sugeridas na última reunião do CFT junto àquelas sinalizadas pelos doadores via correio eletrônico e fez uma leitura do documento para que o comitê debatesse e opinasse.

Manoel Serrão sugeriu uma nova redação para o artigo 19, pois é necessário definir a extensão do que ele não aplica, talvez fazendo ressalvas a aspectos de posicionamento ético da instituição, como por exemplo, evitar o trabalho escravo em sua cadeia de produção.

Avecita Chicchón sugeriu a seguinte alteração no artigo 10:

Onde lê-se:

“...cabe ao Comitê do Fundo de Transição, doravante denominado, aprovar todas as propostas de captação de doadores privados.”

Leia-se:

*“...cabe ao Comitê do Fundo de Transição, doravante denominado, **avaliar** todas as propostas de captação de doadores privados.”*

Renata Gatti solicitou a correção da citação “ARPA para Vida” para “ARPA”.

Mariana Pereira detalhou sobre as contrapartidas do governo para os doadores privados, ela pede que o CFT dê esse retorno sobre o que seria considerado contrapartida para posteriormente inseri-las no documento. Manoel Serrão sugere que as mesmas entrem como anexo.

Encaminhamento: realizar as alterações detalhadas acima, no documento final para captação de recursos privados.

Deliberação: Considerando as alterações solicitadas, o documento foi aprovado pelo comitê.

Encaminhamento: Tiago Alves propõe uma discussão mais detalhada dos procedimentos de como abordar candidatos a doadores privados.

Sobre as contrapartidas esperadas pelos doadores privados, Tiago Alves detalha que as corporações esperam poder usar a marca do Programa e promover a empresa como apoiadora da causa em seu perfil. Felipe Spina questiona se existe alguma temporalidade da contrapartida em função do valor doado. Adriana Moreira acredita que seja importante definir este tempo. Mariana Pereira sugere que no documento seja inserido um artigo mais generalista, de forma que a temporalidade do uso do nome

do Programa pela empresa doadora será debatida posteriormente, pelo CFT, de acordo com o recurso a ser doado.

Encaminhamento: A UCP irá elaborar proposta de contrapartidas para inclusão como anexo ao regramento para adesão de captações privadas.

Encaminhamento: Anglo American vai redigir para o documento um artigo genérico informando que a temporalidade do uso do nome do Programa pela empresa doadora seja debatida posteriormente, pelo CFT, de acordo com o recurso a ser doado.

XII. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA ARPA

Helio Hara detalha sobre a reativação do GT de Comunicação do ARPA. Já foram realizadas três reuniões e o que mais tem se debatido é a assimetria das dimensões dos resultados do Programa e o baixo valor de percepção da marca do ARPA. E que, como debatido na pauta anterior, o valor associado à marca é importante para contrapartida às empresas doadoras.

Helio Hara ressalta que as ações têm sido, ao longo dos anos, muito pontuais e feitas por instâncias diferentes do programa. E não existe um centro onde estejam concentradas as informações audiovisuais do Programa. Essa seria uma grande demanda, associada a carência de um *hub* de conteúdo relativo ao Programa.

Helio Hara informa que o GT é formado pela UCP, ASCOM do MMA, ASCOM do Funbio, ASCOM do ICMBio e WWF. A ideia é que se transforme num fórum colaborativo de ideias e que seja desenhado um plano de comunicação com as ideias e sua implementação.

Em agosto, no 1º encontro, foram identificadas as expectativas, e percebeu-se que o grupo tinha variedade de expectativas associadas ao Programa. Mas o grande desafio é identificar o público a que se deseja tornar este Programa conhecido. Os integrantes do GT também fizeram um *brainstorming* de ideias e como coloca-las em prática.

Em outubro, no 2º encontro, o viés da discussão se modificou devido ao cenário político em vésperas de segundo turno das eleições de 2018. Começou-se a pensar em como tornar o ARPA visível, não só em números de execução e áreas, mas sim enfatizar os aspectos como setor produtivo, emprego, economia, não deixando de falar das metas principais associadas a conservação de áreas florestadas na Amazônia.

Após a análise do primeiro plano de comunicação, chegou-se à conclusão que ele está defasado considerando as mudanças que o Programa tem sofrido ao longo dos anos. Helio finaliza informando sobre a próxima reunião, que acontecerá no próximo dia 07 de dezembro, e que tem como ponto central de discussão sobre o novo governo, agora já definido, e a necessidade de mudança de tom na comunicação do Programa, bem como a definição de quais são as forças do ARPA no novo cenário.

Mariana Pereira cita a finalização do livro que aborda os resultados do componente 2.3 (Fortalecimento Comunitário), que será lançado em Xapuri-AC, no evento comemorativo dos 30 anos da morte do Chico Mendes.

Paulo Carneiro critica o uso do recurso de comunicação do ARPA que está distribuído nos POs das UCs e que talvez não gere uma comunicação ampla e efetiva do Programa. Além disso, ele acredita que a escolha de um projeto e a elaboração de vídeos com foco em determinada atividade realizada numa UC ou região, focada em resultados, pode ser mais eficiente do que um vídeo institucional.

Helio Hara detalha que isso é a etapa do produto do plano de comunicação. A ideia não é fazer uma campanha institucional sobre a marca ARPA, mas sim mostrar as pessoas, e meio ambiente beneficiados com o apoio do Programa.

Adriana Moreira reitera o posicionamento de Paulo Carneiro sobre a pulverização de recursos de comunicação nas UCs. Não precisa extinguir a divulgação local, mas talvez deva-se pensar na tendência digital da comunicação.

XIII. AGENDA DE REUNIÕES PARA 2019

Foram definidas as seguintes datas para as próximas reuniões do CFT:

BSB - 22/02

Extra - 23/04

Rio de Janeiro - 13/06

Brasília - 29/08

Rio de Janeiro - 05/12

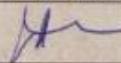
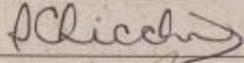
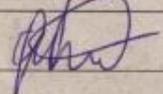
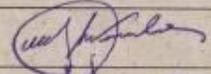
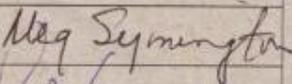
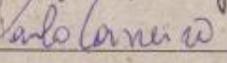
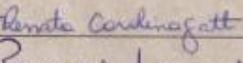
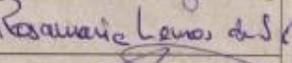
XIV. ENCERRAMENTO

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Deliberação: O custo da contratação pelo Funbio, de dois funcionários que irão atuar para a Unidade de Coordenação de Programa Arpa, exclusivamente no Programa ARPA, serão cobertos com recursos do ARPA.	Funbio/MMA
Encaminhamento: Que o estabelecimento de um calendário de visitas aos estados seja colocado em pauta na próxima reunião.	MMA/Funbio
Encaminhamento: MMA sugere o adiantamento da data da primeira reunião do CFT em 2019, para fevereiro. Data sugerida: 22/02/2019.	CFT
Encaminhamento: ICMBio propõe a criação de um grupo de trabalho, dentro do CFT, para debater os impactos do arranjo de Núcleos de Gestão Integrada para o Programa ARPA no âmbito do planejamento, operacionalização e alcance dos marcos referenciais, bem como detalhar as regras que serão aplicadas considerando o novo modelo.	CFT/ICMBio/MMA/ Funbio
Encaminhamento: Adriana sugere que o planejamento de ações dos programas ARPA e LIRA sejam integrados e que haja indicação de representação (observador) do LIRA no fórum de discussão do ARPA e vice-versa.	CFT/MMA/ICMBio/ Funbio
Encaminhamento: Funbio propõe que no primeiro trimestre seja trabalhado um modelo para alinhar o planejamento financeiro do LIRA e ARPA de modo a identificar o que será coberto por cada um dos projetos.	UCP/ICMBio/Funbio
Encaminhamento: ICMBio e MMA vão aprofundar o detalhamento sobre a proposta de Núcleos de Gestão Integrada numa nota/relato e distribuir para conhecimento dos doadores antes da próxima reunião do CFT.	ICMBio/MMA
Encaminhamento: Funbio recomenda que seja adicionado ao contrato com a empresa fornecedora do sistema de rádios para a Amazônia uma cláusula de compartilhamento de riscos entre contratante e contratado.	Funbio/ICMBio
Deliberação: Foi autorizado o prosseguimento do processo de contratação do sistema de rádios para a Amazônia, com a condicionante de que doadores realizem análise de não objeção da documentação referente à justificativa para contratação direta.	ICMBio/Funbio/CFT
Encaminhamento: Banco Mundial propõem uma reunião em separado do CFT com as equipes de compras e aquisições do Funbio e dos bancos para alinhamento da estrutura do documento da especificação e justificativa para	Banco Mundial/KfW/Funbio

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
contratação direta da empresa para a prestação desse serviço de implantação do sistema de rádios para a Amazônia.	
<u>Encaminhamento:</u> Doadores acordaram em circular o relatório, por meio de um resumo executivo em inglês e espanhol, de modo que outros países possam ter acesso ao documento de lições aprendidas nos 15 anos de ARPA.	Funbio/CFT
<u>Encaminhamento:</u> Funbio propõe que na próxima reunião do CFT seja apresentada atualização do abatimento dos protocolos em andamento no setor de compras, conforme realizado anteriormente e caso necessário pactuado nova meta de avanço.	Funbio
<u>Encaminhamento:</u> WWF sugere que os dados de fiscalização da Operação INTEGRAÇÃO sejam disponibilizados e cruzados com as metas do Programa e no avanço da execução das UCs do ARPA.	ICMBio
<u>Encaminhamento:</u> Banco Mundial solicita o envio de carta do ICMBio com os termos de compromisso assinados para liberação do 2º desembolso do Projeto GEF Paisagens. O Funbio é quem deve solicitar o desembolso ao Banco Mundial.	ICMBio/Funbio
<u>Encaminhamento:</u> Devido à mudança de metodologia do BNDES para análise de propostas de projetos, será necessária a definição de como será considerado apta a liberação do 3º desembolso do GEF Paisagens, já que não há mais a etapa de enquadramento da proposta por parte do BNDES.	Banco Mundial/ CFT / Funbio
<u>Encaminhamento:</u> Realizar as seguintes alterações no documento para captação de recurso privados: <ul style="list-style-type: none"> • Nova redação para o artigo 19, visando definir posicionamento ou mesmo procedimentos não aceitos pelo CFT em relação aos candidatos a doadores privados. • Alteração no artigo 10 de acordo com texto apresentado na página 14 desta Ata de reunião. • Alterar a citação “ARPA PARA VIDA” para “ARPA” 	Anglo American
<u>Deliberação:</u> Considerando as alterações solicitadas, o regimento para captações privadas foi aprovado pelo CFT.	
<u>Encaminhamento:</u> Anglo American propõe como pauta uma discussão mais detalhada dos procedimentos de como abordar novos candidatos a doadores privados.	Anglo American / Funbio
<u>Encaminhamento:</u> UCP irá elaborar proposta de contrapartidas e virá como anexo ao documento de regimento para de captações de doadores privados	UCP
<u>Encaminhamento:</u> Anglo American vai redigir para o documento um artigo genérico informando que a temporalidade do uso do nome do Programa pela empresa doadora seja debatida posteriormente, pelo CFT, de acordo com o recurso a ser doado.	Anglo American

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2018.

Anexo: Lista de Presença

 				
Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 06/12/2018 Rio de Janeiro				
LISTA DE PRESENÇA – 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO				
Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
2	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
3	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	avecita.chicchon@moore.org	
4	Christian Lauerhass	KfW	christian.lauerhass@kfw.de	
5	Cristhophe Balmant	MMA	cristhophe.balmant@mma.gov.br	
6	Fábio Ribeiro	Gerente ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
7	Flávia Neviani	Jurídico/Funbio	flavia.neviani@funbio.org.br	
8	Gustavo Fonseca	GEF	gfonseca1@thegef.org	
9	João Paulo Sotero	MMA	joaopaulo.soteró@mma.gov.br	
10	Luis de Souza	WWF-BR	luis.souza@souzamello.com.br	
11	Manoel Serrão	Superintendente de Programas/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
12	Marcelo Moises de Paula	MPOG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
13	Mariana Pereira	MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	
14	Mayne Moreira	Assistente de Projetos/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	
15	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
16	Paulo Carneiro	ICMBio	paulo.carneiro@icmbio.gov.br	
17	Renata Gatti	MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
18	Rosa Lemos de Sá	Secretária Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
19	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
20	Welles Abreus	SECEX/MMA	welles.abreu@mma.gov.br	
21	FELIPE SPIVA AVIÃO	WWF-BRASIL	FELIPEAVIÃO@WWF.ORG.BR	
22	Luiz Felipe	ICMBio/ICMPO	luizfelipe@icmbio.gov.br	
23	Camila Lobo	ICMBio/OPES	camila.lobo@icmbio.gov.br	
	MAURÍCIO VOLKOWITZ	WWF	MAURICIO@WWF.ORG.BR	